

Paralisação no dia 10/5!

Continua a mobilização das entidades do funcionalismo contra a arrogância e a truculência do governo Serra

Em movimento contrário ao ideal de um Estado democrático de Direito, o governador José Serra optou por governar o Estado de São Paulo sobretudo por meio de decretos, causando a apreensão da sociedade, em especial por centralizar ainda mais o poder no Executivo. A truculência dessa opção se revela nas diversas iniciativas tomadas desde o primeiro dia de mandato.

Os decretos (51.460, 51.461, 51.471, 51.636, 51.660, dentre outros), que fragmentam ainda mais a área da educação, atacam frontalmente a autonomia das universidades e prenciam uma precarização perene das condições de atendimento dos serviços essenciais pelo Estado, correspondentes aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

A imposição de urgência para a tramitação do PLC

nº 30/2005 (que cria a São Paulo Previdência-SPPrev) na Assembléia Legislativa (Alesp), que ameaça direitos consagrados como a aposentadoria integral, mesmo para os precários, e a isonomia com o pessoal na ativa, dentre outros direitos; além do fato de que tal projeto não menciona o destino da dívida do Estado com o Ipesp (este será incorporado à SPPrev), que está estimada em mais de R\$ 150 bilhões!

O projeto do Executivo de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (LDO-2008) mantém apenas os 9,57% do ICMS para as universidades, inclusive retirando a expressão “no mínimo” que antecedia esse percentual nas LDO anteriores; “legaliza” o pagamento dos aposentados com recursos da educação ativa; e impõe a obrigatoriedade de registro, em tempo real, da execução orçamentária das universidades no Siafem.

Unificação da luta

O Fórum das Seis e as entidades representativas dos demais setores do funcionalismo, que também estão sendo atingidos por esse conjunto de medidas, têm procurado organizar uma Campanha Unificada do Funcionalismo Paulista — que inclui a construção de uma possível greve — com base nos seguintes eixos:

- Abaixo os decretos do governo Serra;
- Mais verbas para os serviços públicos essenciais;
- Negociação salarial direta com o Executivo (respeitadas as especificidades de cada setor, por exemplo a do Fórum das Seis, que negocia diretamente com o Cruesp);
- Retirada do PLC nº 30/2005 (SPPrev);
- Contra a terceirização;
- Defesa do Iamspe;
- Contra a corrupção, a sonegação, a isenção e a renúncia fiscais no Estado.

Uma das primeiras ações

dessa Campanha Unificada foi o ato conjunto, que contou com a participação de cerca de 10 mil pessoas, durante a audiência pública (25/4) sobre a SPPrev na Alesp, e que provocou o adiamento de sua tramitação no Legislativo, apesar da intenção do governo de votá-la o mais breve possível.

Mais uma mobilização conjunta do funcionalismo está marcada para 10/5, quinta-feira, com paralisação de atividades e ato público à tarde, a ser realizado provavelmente no vão livre do MASP. Além disso, cada setor terá outras atividades para marcar esse dia de luta. Nessa mesma data teremos na USP um debate sobre os decre-

tos, a SPPrev e a LDO/2008, às 10 horas no Auditório da Escola de Aplicação da USP. Como debatedores estão convidados a professora Marilena Chauí, o professor Fábio Konder Comparato e o deputado estadual Raul Marcelo (PSOL-SP).

Enquanto isso, a Reitoria da USP continua omissa...

Campanha Salarial 2007

A primeira reunião entre Fórum das Seis e Cruesp ocorrerá no dia 10/5, às 15h, na Reitoria da Unicamp

Participe das atividades...

...do dia 10/5, quinta-feira:

- Debate sobre SPPrev, LDO-2008 e decretos, às 10h, no Auditório da Escola de Aplicação;
- Ato Público conjunto com Funcionalismo em horário e local a serem definidos no dia 7/5.

Estudantes ocupam Reitoria em protesto contra omissão da USP quanto à autonomia

Até o fechamento desta edição, na tarde de 4/5, estudantes ocupavam a Reitoria da universidade. A principal reivindicação do movimento, que teve início às 17 horas de 3/5, com a participação de 300 estudantes, é um posicionamento público da Reitoria em relação aos decretos do governo Serra. A pauta, porém, inclui também contratação de professores e ampliação da moradia estudantil (leia abaixo).

A ocupação ocorreu depois que a Reitoria deixou de comparecer a uma audiência pública convocada pelos estudantes, que debateria a autonomia universitária. Segundo os estudantes, o gabinete da Reitora teria confirmado a presença de um representante.

Os estudantes que aguardavam a audiência decidiram dirigir-se à Reitoria para apresentar ao vice-reitor, professor Franco Lajolo, uma carta de reivindicações. De acordo com eles, a ocupação do prédio teria sido uma reação espontânea à tentativa da Guarda Universitária de impedir a entrada dos manifestantes, fechando a grade da portaria, que acabou sendo forçada pelos estudantes.

Após a ocupação, Lajolo se reuniu duas vezes com os estudantes, e se comprometeu a 1) participar de uma audiência pública na semana entre 14 e 18 de maio, 2) criar uma comissão mista de estudantes e professores para debater as outras reivindicações e 3) não punir os alunos que participam da ação. A reitora Suely Vilela encontra-se na Espanha.

A pauta completa

A seguir, a pauta de reivindicações divulgada pelos estudantes:

1. Nos posicionamos contra os seguidos vetos do Governo de São Paulo (gestão

Alekmin/Lembo e mantida pelo governo Serra) referentes ao aumento de verbas para a Educação Pública, os quais foram aprovados pela Assembleia Legislativa. Que a LDO de 2008 reponha os aumentos vetados pelo Executivo.

2. Lutamos pela revogação de todos os decretos impostos neste ano pelo Governador José Serra acerca da Educação no Estado (como os de n.º 51.460, 51.461, 51.471, 51.636, 51.660), os quais representam um forte retrocesso para a universidade pública, na medida em que atacam explicitamente sua autonomia, não só de gestão financeira, mas naquilo que é sua função máxima: o ensino e a pesquisa autônomos, livres de interesses mercadológicos e meramente instrumentais. Tais decretos institucionalizam a separação do tripé ensino, pesquisa e extensão, e dividem ainda mais a articulação no interior da educação pública, priorizando cursos e pesquisas de cunho operacional, ou seja, orientadas explicitamente por uma lógica mercantil. Separam a Fapesp e o Centro Paula Souza (Fatecs e Etes) das Universidades - antes submetidas à Secretaria de Ciência e Tecnologia, agora seccionadas em Secretaria do Ensino Superior e Secretaria do Desenvolvimento. E suspendem a contratação de funcionários e professores, abrindo espaço para o acirramento do processo de terceirização e precarização do trabalho.

3. Exigimos também a democratização da Universidade: o Conselho Universitário aberto à participação de estudantes, funcionários e professores, com direito à voz e voto. Além da discussão de eleições diretas para reitor.

4. Uma audiência pública com a Reitoria onde sejam discutidos os decretos acima



Estudantes bloqueiam portaria principal da reitoria

citados e seja expressa publicamente sua posição frente a eles. Tal posição deve ser expressa em jornais e mídias de grande alcance, posto que dizem respeito diretamente à sociedade brasileira.

5. Contratação imediata de professores e funcionários, de acordo com as demandas a serem levantadas pela própria comunidade USP, através de comissões mistas locais (de professores, funcionários e estudantes), de acordo com cada situação específica. E efetivação imediata daqueles contratados em regimes de trabalho precários e/ou terceirizados.

6. Liberação automática das vagas dos professores que se aposentam ou se desligam da Universidade.

7. Arquivamento do processo de modificação das regras de cancelamento de matrícula dos estudantes da USP, encaminhado pelo Conselho de Graduação para o Conselho Universitário.

8. Contratação de professores para atender às novas demandas advindas do processo de implementação de disciplinas de licenciatura, regulamen-

tadas pelo MEC em 2001, nos cursos da Universidade, em especial na Faculdade de Letras.

9. Reconstrução e manutenção dos prédios da FFLCH, IME, FOFITO e demais faculdades que apresentem tais necessidades.

10. Formulação, em conjunto com os estudantes, de um projeto de longo prazo para a moradia estudantil em todos os campi da USP, os quais devem definir desde a estrutura física das moradias até a autonomia dos moradores sobre os espaços que utilizam. Nos casos de Ribeirão Preto e São Carlos: solução imediata referente à falta de vagas, através da construção de novas moradias, e não apenas em formas paliativas, como o Auxílio Moradia. Especificamente para o campus Butantã exigimos: a construção imediata de três novos blocos de moradia, totalizando 594 vagas, bem como a reforma dos blocos já existentes. Além disso, que seja garantida moradia decente para todos os estudantes alojados no CEPEUSP e no CRUSP.

11. Que os estudantes e funcionários tenham acesso asse-

gurado aos Planos de Meta de todos os cursos e departamentos da USP.

12. Que nenhuma punição — sindicâncias ou demais processos administrativos e repressivos — seja tomada contra os alunos com relação à ocupação da Reitoria, a qual se deu devido à ausência do representante legal da Reitoria na audiência pública convocada pelos estudantes no Anfiteatro de Geografia e pelo impedimento da entrada dos estudantes na Reitoria para a entrega de sua pauta de reivindicação, neste presente dia. E que todas as sindicâncias e demais processos administrativos levantados contra estudantes sejam retirados.

13. Nós estudantes nos posicionamos pela luta contra as medidas repressivas no interior das universidades, em particular a USP: portanto, exigimos a autonomia total dos espaços ocupados e geridos pelos estudantes, a total liberdade de manifestação política (panfletagem, colagem de cartazes etc) e cultural (festas, festivais etc), e pela retirada da polícia do interior do campus.